



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [AT]

PORTUGAL, CRISE E SUJEIÇÃO: DA LIBERTAÇÃO EM ABRIL 74 AO GARROTE DA TROIKA

SILVA, Manuel Carlos

Agregação

Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho

mcsilva@uminho.pt

Resumo

Neste artigo o autor, após apresentar uma breve síntese do processo do pós 25 de Abril de 1974, problematiza o lugar de Portugal considerando o estado e nível de (sub)desenvolvimento do país confrontado com a emergência de uma crise económica e financeira, cujas consequências, por razões externas e internas, forçou o país a solicitar apoio financeiro à Troika. Uma vez expostas de modo sucinto as principais ideias-chave sobre os modelos de desenvolvimento (neoliberal, neoinstitucional e neomarxista com as variantes das teorias da dependência e do centro-periferia), o autor, com base em dados obtidos segundo diversos indicadores, analisa esses dados tendo por fio condutor a teoria da dependência e do centro-periferia. Não obstante os avanços desde o 25 de Abril de 1974, persistem assimetrias regionais, económico-sociais e educativo-culturais e, em particular, um considerável grau de pobreza e diversos défices democráticos. Perante os problemas estruturais da economia e da sociedade portuguesa e uma configuração de classes com predomínio duma burguesia compradora e financeira, as receitas austeritárias da Troika e sobretudo do governo português apenas têm agravado a crise e sujeitado o país, cada vez mais dependente e ameaçado na sua soberania, com reflexos graves na vida dos cidadãos e cidadãs, nomeadamente desemprego, precariedade e empobrecimento.

Abstract

Portugal, crisis and subjection: from the release in April 25, 1974 to Troika constraints
In this article the author, after presenting a brief summary of the process of April 25, 1974, discusses the place of Portugal considering the state and level of (under) development of this country confronted with the emergence of a financial and economic crisis, whose consequences, by external and internal reasons, forced the country to seek financial support to the Troika. Once exposed succinctly the main ideas about development (neoliberal, neoinstitutional and neomarxist with variants of dependence and center-periphery theories), the author, based on data obtained according to several indicators, analyzes this data guided by the dependency and the center-periphery theories.
Despite the advances since the April 25, 1974, regional asymmetries and social-economic and cultural-educational disparities and, in particular, a considerable degree of poverty and various democratic deficits persist. In view of the structural problems of the Portuguese economy and society and a class configurations with a dominant buyer and financial bourgeoisie, the austerity recipes from the Troika and mainly from the Portuguese Government have only aggravated the crisis and subjected the country, increasingly dependent and threatened in its sovereignty, with high impact in the lives of citizens, in particular unemployment, precariousness and poverty.

Palavras-chave: crise, (sub)desenvolvimento, desigualdades, dependência, Portugal

Keywords: crisis, (under)development, inequalities, dependency, Portugal

COM0722

1. Introdução: breve retrospectiva do processo 25 de Abril

A 25 de Abril de 1974 Portugal acordou para a liberdade e para a democracia. Era o fim dum longo pesadelo iniciado com o derrube da I República com o golpe militar do 28 de Maio saído de Braga. Com a implantação do velho 'Estado Novo' a sociedade de então, uma sociedade predominantemente agrária, com baixo grau de capitalização na agricultura, debilmente urbano-industrial, tornou-se cada vez mais uma sociedade politicamente bloqueada através de um sistema altamente repressivo e ditatorial, colonialista e mais imperial que imperialista. O salazarismo encontrava ecos na economia e na sociedade de então, mas era um sistema político perpassado por uma ideologia teocrática e corporativista, ruralista e passadista, conservadora e anti-modernista, a qual a partir dos anos cinquenta se ia tornando cada vez menos adequada às exigências do desenvolvimento capitalista e, em particular, da burguesia agro-industrial, nomeadamente dos seus grupos monopolistas industriais. Mas era sobretudo um sistema repressivo e fortemente explorador das classes trabalhadoras, em particular os operários rurais e industriais.

O êxodo rural e sobretudo a emigração, a abertura inicial, através da EFTA, a uma economia europeia em expansão, as expectativas de melhoria social geradas nos anos sessenta com uma economia a crescer a uma taxa anual de cerca de 7% (Lopes 1996:236), o impasse perante a guerra colonial representaram o início do colapso não só duma economia e sociedade agrária, relativamente autárcica em termos microsociais, mas também de uma elite política retrógrada e expressiva de um bloco conservador formado por interesses de fracções burguesas nomeadamente comercial - comprador e patrimonialista-rentista e sobretudo de latifundiários que puderam contar, através da acção mediada da Igreja, com o apoio de parte considerável dos camponeses, artesãos, sobretudo rurais, jornaleiros e até franjas do operariado católico.

Foi o Movimento de Capitães de Abril que destemida e corajosamente pela sua mão militar restituíram a liberdade ao povo português, sendo logo secundado por um forte movimento popular. Este movimento foi também o culminar de longas e persistentes lutas de velhos resistentes e combatentes antifascistas, provenientes de diversas orientações partidárias e ideológicas, com particular destaque para o Partido Comunista, cujo papel histórico foi incontornável. Com estes factores internos convergiram os movimentos de libertação anti-colonial nas várias frentes: Angola, Moçambique e Guiné.

Não obstante sermos cientes de que a liberdade não se restringe apenas aos aspectos jurídico-políticos formais, um ponto assente será que a actual democracia, ainda que bastante deficitária, é preferível a todo e qualquer sistema ditatorial. Com o 25 de Abril celebramos o fim da guerra colonial, a instauração das liberdades fundamentais do indivíduo, bem como as liberdades associativas, sindicais e partidárias; a abolição da censura e das demais formas de repressão fascista. Porém, houve mais e é isso que certas forças da direita e do centro preferem ignorar: a reforma agrária anti-latifundista a sul; as nacionalizações da indústria, da banca e dos seguros; as políticas sociais mais redistributivas na educação, na saúde e na segurança social; leis e decretos-leis e medidas laborais favoráveis aos trabalhadores e uma nova relação quanto ao rácio capital-trabalho, como veremos de seguida.

Por fim mas não menos importante, verificou-se, a par e, por sua vez, em tensa polarização com o início da democracia representativa, uma avalanche de acções e formas de democracia directa e participativa nos bairros, nas escolas e nas fábricas, provocando incómodo e susto entre franjas da burguesia portuguesa, sobretudo mais conservadora.

Este forte abalo sobretudo da grande burguesia propiciou condições de confronto civil e militar aberto induzido por personagens como Spínola e outros, confronto este que só não ocorreu de modo mais violento por recuo das forças revolucionárias nomeadamente do Partido Comunista Português (PCP) que considerou e bem não haver condições objectivas e subjectivas para um desfecho favorável desse eventual confronto.

A partir do 25 de Novembro de 1975 verifica-se o processo de restauração político-militar em que, sucessiva e alternadamente através do Partido Socialista (PS), do Partido Social Democrata (PSD), do PSD-Centro Democrático e Social (CDS), a burguesia portuguesa retoma o controlo da situação e se normaliza o funcionamento da economia de mercado capitalista, dando lugar, a partir da revisão constitucional de 1989, à progressiva destruição da reforma agrária e às reprivatizações. Ao mesmo tempo, Portugal virá a renegociar o seu lugar no quadro da então Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia, mantendo-se contudo ainda hoje um país semiperiférico e dependente.

É certo que graças a fundos comunitários e sobretudo ao esforço e trabalho dos portugueses houve um considerável avanço na implementação de infraestruturas, bem como consideráveis melhorias nas esferas sociais, educativas e culturais. Porém, não obstante estes avanços e o preenchimento dos requisitos para fazer parte do núcleo fundador do euro, Portugal retém, como refere Santos (1993), traços de um país semiperiférico e de desenvolvimento intermédio, em que se, por um lado, partilha com outros países do centro europeu algumas das conquistas sociais e económicas (direitos e garantias jurídicas fundamentais,

legislação laboral, implementação dum Estado-providência, embora débil e limitado), por outro, apresenta alguns traços parcialmente coincidentes com os dos países periféricos. Como explicar o lugar semiperiférico de Portugal?

A este respeito, em termos teóricos, confrontam-se diversos modelos: enquanto as teorias do crescimento de orientação neoliberal (Rostow 1964, Hoselitz 1960) remetem para a lei da oferta e da procura e a presença, em certos países ou regiões, de certos requisitos como capital, liderança e propensões para o progresso e inovação, as teorias neoinstitucionais apontam os desníveis de acumulação de capital, ausência de diversos polos de crescimento, de planificação e regulação indicativas do Estado e de homens públicos eticamente responsáveis (Myrdal 1974). Por seu turno, as teorias da dependência e do centro-periferia sustentam que o subdesenvolvimento e pobreza nos países periféricos é resultante do desenvolvimento e acumulação de capital nos países do centro (Frank 1961 e Wallerstein 1990, Fortuna 1993, Santos 1993, Silva e Cardoso 2005).

Voltando à análise do caso português, para as classes exploradas e outras camadas da população o 25 de Abril foi o início de enormes expectativas de mudança e de melhoria económica, social, política e cultural. Porém, tais expectativas em torno do pós-25 de Abril que muitos anelaram foram abruptamente defraudadas, acabando por se restaurarem velhas e novas formas de desigualdade. Mais, à sombra da nova situação, velhos e novos poderes e interesses se reinstalaram: os grandes proprietários de terra nunca receberam na vida rendas tão chorudas como os subsídios vindos da Política Agrícola Comum (PAC) ao tempo dos governos de Cavaco Silva (por exemplo, centenas de contos por cada 100 hectares de terra não cultivados ou com aparente sementeira sem colheita), deixando os pequenos e médios agricultores sem apoio a quem se lhes solicitava para reformar-se ou a quem se impunham quotas de produção – tudo em função dos interesses de certos grupos económicos parasitários convergentes com os interesses de Estados e economias europeias centrais detentoras de excedentes agrícolas para exportar. Ou seja, depois de os países centrais da então CEE se terem modernizado e criado excedentes, importava que países periféricos como Portugal abandonassem a agricultura e as pescas – uma matéria em que o Governo de Cavaco Silva, enquanto bom aluno, foi conivente com estratégias dos países centrais a troco de uns quantos milhões para estradas e formação profissional, esta pelo Fundo Social Europeu.

E quanto à indústria? Para a pequena e média indústria transformadora não houve incentivos para se modernizarem, embora bastantes empresários tão pouco tivessem feito esforços nesse sentido, preferindo reproduzir-se na base de baixos salários. Por outro lado, foi possível constatar como a burguesia industrial nascente nos anos sessenta e setenta acabaria por reconverter-se a sectores não criadores de valor acrescentado: na banca, nos seguros, nas grandes superfícies, nas redes e telecomunicações. Entretanto a maioria da população, embora tenha melhorado no que diz respeito ao acesso a infraestruturas, equipamentos, serviços de saúde e ao sistema escolar, encontra-se numa situação de aperto, de dificuldades, havendo mesmo cerca de 18% situados no limiar da pobreza relativa e, nalguns casos, absoluta.

2. Portugal 1974-2012: avanços e assimetrias regionais, económico-sociais e educativo-culturais

Com maior ou menor evidência são perceptíveis assimetrias regionais e outras formas de desigualdade social manifestas no diferente grau de acesso e de controlo sobre recursos. Diz-se amiúde, de acordo com os dados oficiais e a elaboração de um índice composto de desenvolvimento (ICD) – o qual abrangeria itens tais como as condições de saúde e bem-estar, nível educacional e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* –, que Portugal teria, entre 1970 e 2000, reduzido em cerca de 47% as disparidades regionais. No entanto, mesmo sem tomar em linha de conta que esta redução não pondera a hemorragia populacional do interior, persistem ainda consideráveis assimetrias socio-espaciais (vg regiões de Lisboa e Vale do Tejo versus Alentejo ou

Portugal é, portanto, ainda um país perpassado de dualismos regionais, com concentração da 80% da população na parte litoral. Ao desequilíbrio populacional acrescem ainda a forte concentração de recursos nas zonas dos grandes centros urbanos e do litoral e processos de isolamento, falta de infraestruturas, recursos e serviços básicos em zonas isoladas, envelhecidas e deprimidas do interior.

A distribuição do PIB entre capital e trabalho apresenta, mesmo comparativamente a outros países europeus, elevados índices de distribuição desigual em detrimento do trabalho. Salvo no período do pós 25 de Abril e nomeadamente em 1975, em que o rácio dos rendimentos capital-trabalho passou, a preços correntes, respectivamente para 41.8% versus 58.2% – o que representou um aumento de 16% relativamente a 1970 –, os rendimentos auferidos pelo capital ultrapassaram e bastante os do trabalho, quer em 1970 (57.9% versus 42.1%), quer em 1990 (58.2% versus 41.8%) – aliás o rácio mais desigual na Europa (Barreto *et al.* 1996:49,115). Mais, desde 1985, a forma usual de fazer face à competitividade externa tem consistido, como refere J. Reis (1993:150), na relativa degradação das relações salariais, de resto em contraponto com o gradual aumento da produtividade do trabalho, passando esta, em relação a média europeia, de 26.9% em

1986, para 41.9% em 1998 e 47% em 2002 (Eurostat 1986, 1998, 2002, MEPAT 1998:iv,2-3). Concomitantemente, devido a processos de reestruturação de empresas através de maiores exigências de qualificações e introdução de novas tecnologias, assistiu-se desde 1992 e, mais acentuadamente, nos últimos anos, a uma crescente flexibilização do mercado de trabalho e a uma subsequente precarização das relações laborais, eliminando centenas de milhares postos de trabalho estáveis, ora aumentando os contratos a termo e o progressivo aumento do trabalho a tempo parcial sobretudo entre o sexo feminino.

É neste quadro que as gerações jovens têm vindo a ser confrontadas: desemprego e precariedade no trabalho, insegurança e incerteza face ao futuro, o que as impede, na maioria dos casos, de planear as suas vidas e delinear projectos de ordem familiar ou outra.

Antes de dar conta dos aspectos negativos, importa realçar que entre 1974 e o início do século XXI verificaram-se avanços que importa registar: (i) o número de pessoas com casa própria passou de um milhão em 1970 para quase dois milhões em 1997, ainda que com acentuado endividamento das famílias, a que acresce o generalizado acesso a equipamentos domésticos; (ii) notáveis melhorias no sistema nacional de saúde com resultados positivos nomeadamente no aumento de 9,5 anos na esperança de vida à nascença entre 1970 e 2001, na taxa de mortalidade infantil que desceu de 55.5/1000 para 3/1000 e na média de 3 médicos por 1000 habitantes, a qual se aproxima da europeia (3.2/1000), residindo o problema na desigual distribuição no território nacional; avanços consideráveis no acesso e na frequência escolar traduzidos na descida do analfabetismo de 25.6% para 11% em 1991 e em 7.5% em 2003, na introdução e alargamento, desde 1991, da rede pública do pré-escolar (44% de crianças 3 a 5 anos) que, acrescido ao pré-escolar do sector privado, se eleva a 71.6% em 2003; na diminuição do abandono escolar obrigatório de crianças entre os dez e os quinze anos (12,5% para 2,7%); aumento da escolarização no ensino básico e unificado, embora o conjunto dos escolarizados com o ensino secundário unificado se fique ainda nos 14.5% e os do secundário complementar em 9.9%; a taxa de jovens qualificados com formação média e/ou superior passou de 0.8% em 1960 para 8.6% em 1991 e 32,6% em 2011, sendo ainda de salientar sobretudo a progressiva feminização na conclusão de cursos superiores por parte das mulheres que passaram de 33.5% em 1971 para taxas superiores a 60% desde 1991 até ao presente (Almeida *et al.* 1992, Barreto *et al.* 1996:74, 89-96, Eurostat 2004).

Também a nível de investigação se verificaram consideráveis avanços: os investigadores aumentaram de 2% em 1982 para 9,6% por 1000 activos; 3,1 publicações por 100.000 em 1982 para 131,6 em 2011. O peso da despesa pública em actividades de investigação e desenvolvimento em Portugal passou de 0,3% do PIB em 1982 para 1,5% em 2011, ainda que menor em relação ao investimento na União Europeia com 2%, nos Estados Unidos com 2,7% e no Japão com 3% ainda no ano 2004 (cf. PNUD 2003 e Eurostat 2004).

Estas relativas melhorias, quer na habitação e nos equipamentos habitacionais, quer em bens de consumo duradouros, sobretudo numa sociedade carenciada destes bens até aos anos setenta, quer ainda nos sistemas de saúde e escolar não podem obnubilar o registo de défices e obstáculos em termos de habitação, na área da saúde e na educação.

Em termos de taxa de desemprego, Portugal, apesar de não atingir taxas tão elevadas como nalguns países europeus, tem também conhecido um agravamento do fenómeno, passando de 4% de desempregados em 1974 para 10.4% em 1985, baixando para 4,3% em 1992, voltando a aumentar novamente para 7.3% em 1996, até chegar até aos 17% actuais, sobretudo o aumento de desemprego de longa duração. Neste quadro não só são atingidas pessoas com baixa escolaridade como também diplomados no ensino superior, subindo nomeadamente o desemprego juvenil para 42%. Somando aos desempregados 27% de pessoas com trabalhos de modo intercalado e 10% a tempo parcial ou mesmo precário, a situação torna-se cada vez mais insustentável.

Por fim, importa ter presente que a maioria das pessoas empregadas têm baixas qualificações: 67% com 9º ano versus 16,8% com ensino secundário e 15,8% com ensino superior. Estes dados são sintomáticos de uma outra forma de desigualdade em termos cognitivos e, conseqüentemente, laborais, somando os detentores do 12º ano e de curso superior perfazem 32,6% (37,5% mulheres vs. 28,3% homens, sendo especificamente mais visível na conclusão no ensino superior: 20,1% mulheres vs. 12% homens).

Em termos salariais, uma hora de trabalho na indústria (salário e descontos) que na União Europeia custa(va) 20.3 e na Alemanha 28.6 euros, em Portugal reduzia-se a 5.7 euros, um valor bastante inferior ao da Grécia com 8.9 euros (Eurostat 1996), diferencial que em 2003 não se teria alterado, enquanto a produtividade do trabalho teria aumentado, entre 1993 e 2003, de 50% para 60% em relação ao índice 100 na média da UE a 15. Os salários repercutiam-se e repercutem-se obviamente no poder aquisitivo: Portugal continua(va) na cauda europeia com o valor de 301, comparativamente aos países centrais e nórdicos com valores superiores a 500 (cf. Capucha 1998). Assim, em termos de padrões de poder aquisitivo, enquanto na zona Euro as médias, em termos anuais, eram de 17.840 euros em 1995, 22.650 em 2000 e 23.800 em 2003, em Portugal

tais médias ficavam por valores equivalentes cerca de 2/3: 11.670 euros em 1995, 15.950 euros em 2000 e 16.740 euros em 2003.

Um outro traço marcante da sociedade portuguesa é o considerável grau de pobreza relativa e, por vezes, absoluta. Se após 1974 se verificou um relativo abrandamento das desigualdades no rendimento, desde 1977 e, sobretudo, desde 1983-84 elas têm-se mantido ou até agravado, pois, se algumas classes e camadas sociais conheceram nesse período um acréscimo de rendimento disponível na ordem dos 13%, a meados dos anos noventa a pobreza atingiria 27.1% (cf. Barreiros 1996), descendo para 22% das famílias em 1998 (MEPAT 1998:VII-6) e para 18% em 2010 (cf. INE, Pordata 2012, Carmo *et al.* (2010), Costa (2012), A.B. Costa *et al.* (2012) e Rodrigues *et al.* (2012).

Portugal é o sexto país da União Europeia com o mais elevado índice de desigualdade na distribuição dos rendimentos: enquanto o rácio do rendimento total recebido por 20% dos detentores de rendimentos mais elevados é, em média, na União Europeia 5 vezes mais que os 20% menos elevados (e na Dinamarca 3 vezes mais), em Portugal o rácio era de 5.6 vezes mais por parte dos rendimentos do topo sobre os 20% da base. E, em termos de pobreza, é o terceiro país mais pobre da zona euro (INE, Eurostat, 2012, Rodrigues *et al.* 2012:48 ss). Se tomarmos os 10% dos mais abastados em Portugal, estes auferiam em 2009 9,2 vezes mais que os 10% mais pobres, acumulando 26,5% do rendimento global, enquanto os 10% mais pobres ficavam apenas com 2,9% (INE, ICOR 2010, Rodrigues *et al.* 2012:29, Costa 2012:124).

Perante o retrato sucintamente traçado evidenciam-se, não obstante alguns pequenos avanços nomeadamente entre 1995 e 2000 (cf. Capucha *et al.* 2002), algumas fragilidades e limitações de resultados, em termos quer sócio-económicos, quer sócio-educativos, designadamente quando comparados com os demais parceiros da União Europeia e com própria média incluindo o conjunto dos 25 países.

3. Os défices democráticos

Um outro tópico importante em torno do 25 de Abril e do regime é o conceito de democracia. É habitual começar-se a definir democracia através da remissão para o seu sentido etimológico de poder do povo e para o povo que, no contexto do modo de produção escravagista, era obviamente restrito e restritivo à minoria dos cidadãos urbanos proprietários. Seria necessário esperar pela modernidade e, em particular, pelas revoluções francesa e americana com o subsequente modelo de democracia político-formal e a subsequente Declaração dos Direitos do Homem para se poder falar de democracia como forma de governo legitimado pelo sufrágio universal. Se este direito em bastantes países ocidentais só se completou ora na primeira ora na segunda metade do século XX, como é o nosso caso português – e mesmo assim com longas e horrendas interrupções de regimes ditatoriais, fascistas e nazi – num número considerável de países ainda nem sequer formalmente é operante. Mas num crescente número de países estão consagrados nas constituições determinados direitos civis, políticos e sociais para o que contribuíram os movimentos sindicais e outros.

Foi na mira não só da conquista das liberdades e direitos fundamentais dos indivíduos como no aprofundamento das formas democráticas de poder e gestão que foram emergindo, sobretudo no século XX, variadíssimas lutas de povos e movimentos políticos e sociais: desde as lutas antirracistas na América ou na África do Sul, passando por movimentos feministas, pacifistas e ecológicos, até aos movimentos operários e estudantis americanos e sobretudo europeus. A conquista da cidadania jurídico-política não pode, por isso, ser nem calcada ou rejeitada, como o fazem os adeptos de regimes ditatoriais e fascistas, nem subestimada ou menosprezada, como o tendem a fazer alguns ‘puros’ revolucionários que alegadamente se reivindicam ora do anarquismo ora do marxismo-leninismo.

Fixando-me no estado da democracia em Portugal, torna-se imperativo aprofundar as razões da deficitária democracia representativa e articulá-la com a necessidade de implementar formas de democracia associativa, participativa. Se, do ponto de vista formal jurídico e político, as actuais instituições democráticas, incluindo o actual governo sufragado pelo voto popular, se enquadram no que se costuma designar de um Estado Democrático e de um Estado de Direito, já, porém, do ponto de vista substantivo, a actual democracia sofre de consideráveis défices democráticos. Se entendermos democracia como o poder do povo, como a expressão da soberania popular, como a capacidade de escolher e gerir o próprio modo de vida com todas as consequências de ter real acesso, controlo e partilha dos recursos económicos, políticos e culturais existentes e produzidos pelos trabalhadores, então certamente estamos ainda longe duma sociedade e dum Estado democráticos em sentido forte, ou seja, duma democracia que, para o ser plenamente, terá de ser não apenas de teor jurídico-formal mas económica, social, política e cultural. Para este défice democrático nas várias vertentes contribui certamente o processo de globalização, alguns dos seus pressupostos e efeitos negativos. Na base da própria democracia estaria, na óptica liberal, a conjugação do mercado global e da liberdade de cada cidadão, enquanto investidor, consumidor ou eleitor, o qual contribuiria para a democratização quer pela poupança e pelo consumo, quer pela escolha de produtos desde o entretenimento, passando pelos gostos

e estilos de vida, até às escolhas políticas. Por outro lado, para além dos neoliberais, outros autores há que depositam bastantes expectativas na expansão da democracia pela via informacional e comunicacional (televisão, rádio, internet), geradora de uma espécie de “democracia electrónica”, concepção esta que procura beber no pensamento habermasiano sobre o agir comunicacional na arena pública, quer como expectador, quer como participante interactivo (cf. Habermas 1990). Ora, o que estes diversos entendimentos sobre a democracia descaram é que, no espaço, quer privado, quer público, os actores sociais não detêm o mesmo grau de poder de disposição sobre recursos (económicos, políticos, comunicativos e culturais), ideia esta nuclear de inspiração weberiana (cf. Weber 1978) e desenvolvida por Bader e Benschop (1988), Silva (1998), Grossi (2010) e Delgado (2011), o que reduz consideravelmente a credibilidade da concepção ideológica de democracia sobretudo por parte dos neoliberais.

Tal como o afirmara Marx (1974), o rendimento do capital acumulado não é um simples rendimento, mas é simultaneamente uma forma de exploração e dominação dos desprovidos, dos despossuídos. Estes são, em primeiro lugar, os desempregados, os subsídio-dependentes do rendimento social de inserção, os idosos isolados, os camponeses pobres, os membros de minorias étnicas, as famílias pobres monoparentais; porém, em segundo lugar e contrariamente ao que se propala, a grande parte dos assalariados baixos salários e inclusive franjas cada vez maiores de membros qualificados, entre os quais os jovens qualificados, miticamente designados de classes médias. Todos, em maior ou menor grau, foram e continuam a ser despossuídos do controlo dos meios de produção e, por outro lado, a ser despojados da capacidade política de decidir não só sobre a empresa ou instituição onde trabalham, como caminham para processos de proletarianização. Não é raro encontrarmos jovens qualificados desempregados, ou com baixos salários, a recibos verdes, a trabalhar nas cadeias de distribuição em supermercados, qual novo proletariado do século XXI, sem possibilidade de programar as suas vidas e constituir família com um mínimo de segurança.

Claro que nos tempos de hoje a ideologia dominante induz-nos para um processo de individualização, atómico, do salve-se quem puder, da retracção, do medo de manifestar-se publicamente porque pode estar em jogo o próprio trabalho precário, o que é humano e compreensível. Mas a saída para a situação não se compadece com estratégias individualistas, porque cada um, pensando que se “safará”, arrisca-se a sucumbir e, neste sentido, todos perdem, cada um pela sua vez. A 12 de Março de 2011 e em várias manifestações em 2012 diversas gerações, de jovens a idosos, deram um primeiro sinal de protesto, de descontentamento ou mesmo de desespero. Trata-se não só de idosos reformados e outras camadas sociais vulneráveis como de jovens, grande dos quais não qualificados ou menos qualificados mas também qualificados que, goradas as expectativas de emprego no país, sentem a necessidade de procurar uma saída noutros países.

Alguns destes dados induzem-nos a pensar que o capitalismo é de raiz, tal como o sustentam certos autores incluindo não marxistas como Sen (1999), Bowles e Gentis (1986:xi), uma ordem social não democrática, a qual comporta um sistema de governo não democrático que apenas tolera a democracia política, desde que esta não questione os fundamentos do modelo de economia e sociedade. Alguns exemplos históricos dão conta da incoerência dos sistemas democráticos ocidentais, nomeadamente dos Estados Unidos: por exemplo, o golpe que derrubou Salvador Allende no Chile ou, mais recentemente, o boicote a movimentos ou processos de mudança revolucionária na América Latina. Hoje as grandes empresas multinacionais são impérios que, ao deslocalizarem-se, decidem sobre o destino de milhares e milhões de pessoas sem qualquer restrição, fazendo prevalecer não só os direitos sobre propriedade privada e o princípio do lucro sobre os direitos políticos de cidadania democrática, os direitos sociais e económicos das comunidades rurais e urbanas, dos trabalhadores e suas famílias, dos jovens e de seus projectos de vida.

4. Portugal, a crise e a Troika

Portugal, apesar dos avanços realizados desde os anos 70 e sobretudo no pós 25 de Abril de 1974, manteve-se um país (semi)periférico (Santos 1993), cujas causas remontam ao passado e que conjugadas com constrangimentos externos a nível global e europeu, ainda se repercutem nos dias de hoje e bloqueiam o seu desenvolvimento sustentável. O antigo Portugal imperial e colonial foi-se tornando um país dependente, dual, com uma economia agrária latifundista a sul e minifundista a norte, com uma débil burguesia agrário-industrial, configurando no seu seio dois blocos que se foram digladiando ao longo do século XIX e XX: o latifundismo aliado a uma burguesia compradora vivendo do *export-import* e apoiado por um médio e pequeno campesinato a centro e norte mediado pela Igreja e uma jovem mas reduzida burguesia industrial suportada mas em forte tensão com um jovem operariado sobretudo na I República (Nunes 1964, Godinho 1978 e 1980, Silva 1989 e 1998).

No pós 25 de Abril, com a nacionalização de empresas no sector terciário e mesmo industrial, fracções da burguesia nomeadamente industrial não conseguem firmar-se, reforçando-se mesmo com os processos de reprivatização o sector da burguesia compradora, especulativa e financeira (comércio, banca, seguros). Tal

situação agrava-se com o facto de os poderes políticos nos anos 80 e 90, nomeadamente no período cavaquista, não terem aproveitado os fundos estruturais para o relançamento da agricultura, das pescas e da indústria, preferindo alocar tais fundos em infraestruturas rodoviárias, a que acresceram desperdícios nos aparelhos de Estado, fenómenos de corrupção e evasão fiscal.

Ainda que a actual crise remonte a processos que já se começaram a desenhar desde os anos 70 em torno da chamada crise do petróleo, ela manifestou-se mais agudamente a partir dos anos de 2008/09 no colapso de mercados financeiros. Se diversos foram os países que sofreram com os impactos da crise, alguns foram-no de modo especial ao ponto de serem intervencionados sob a eufemística ‘ajuda’ ou assistência financeira como é o caso de Portugal pela Troika (FMI, BCE e União Europeia). Com efeito, o conceito de “ajuda”, já utilizado desde o Plano Marshall pelos Estados Unidos no escoamento de crédito, equipamento e bens alimentares em direcção à Europa e, posteriormente, depois por ambos os blocos em direcção à Africa, à Ásia e à América Latina, parte do alegado pressuposto das vantagens mútuas entre dadores ou credores e receptores ou devedores, sendo não raro apresentada ajuda ou assistência pelo país credor como uma generosidade. Ora, na realidade e no caso concreto dos países intervencionados pela Troika, trata-se de uma relação desigual em que países e respectivos bancos centro-nórdicos, excedentários em capital-dinheiro e com acesso a crédito com juro barato, nulo ou negativo junto do BCE, acabam, pela via de retenção/pagamento de juros, por acumular capital à custa dos países devedores como Portugal. Com esta intervenção, foram impostos a Portugal programas sucessivos de austeridade, o que veio a ter um efeito recessivo na economia com diminuição do PIB, aumento da dívida privada e pública, encerramentos de empresas e despedimentos. Porém, como explicar a crise e os seus devastadores efeitos?

Uns avançam as falhas ou ineficiência de gestão, passando pelos desperdícios ou ‘gorduras’ do Estado, até à desgastada tese de as populações “viverem acima das suas possibilidades”. Outros, porém, apontam níveis de corrupção e sobretudo a ausência de um poder regulatório a nível europeu e mundial. Embora sejam factores a ter em conta, para entender a crise importa analisar as contradições do próprio sistema capitalista, as quais ciclicamente provocam crises, nomeadamente de sobreprodução, tal como ocorreu nos anos 70 com a crise petrolífera. Esta situação traduzia o que Marx (1974) apontava como a tendência à baixa da taxa do lucro, perante a qual o capital e os próprios Estados procuram contrariar através expansão do capital constante em prejuízo do capital variável composto pela massa salarial, implicando dispensa de força de trabalho traduzida em despedimentos e aumento de desemprego.

É, porém, sobretudo com a onda neoliberal dos anos ‘80 e ‘90 que se verifica uma reestruturação da produção e divisão internacional de trabalho, um novo modelo de acumulação pós-fordista com liberalização (quase) total de capitais e mercadorias e, simultaneamente, um gradual desmantelamento de sistemas de produção em países (semi)periféricos, provocando baixa de investimento, desemprego, baixa de consumo e congelamento de crédito, situações de que foram vítimas alguns países tais como México, Brasil, Argentina e Equador.

No quadro do desenvolvimento desigual e da reestruturação capitalista o lugar de cada um é definido pelo nível de competitividade no mercado mundial, assim como da posição e do grau de controlo de capitais, recursos naturais, tecnológicos e militares ou meios de destruição maciça e, por fim mas não menos importante, como refere Amin (1976, 2002:11 ss), pelo peso relativo da força de trabalho activa e a do chamado ‘exército de reserva’. Com efeito, não obstante o desemprego ser inerente a qualquer sociedade capitalista, enquanto o capital dos países centrais designadamente nórdicos tem absorvido o grosso da força de trabalho activa, tal não acontece nos países periféricos e mesmo nos semiperiféricos como Portugal.

A recessão económica que se faz sentir nalguns países do Sul como Portugal é denotativa de uma crise à escala global, a qual tem provocado situações de desemprego em massa nomeadamente na sequência de despedimentos ou mesmo encerramentos de fábricas ou falência de empresas, uma forte redução do poder de compra dos próprios trabalhadores assalariados e um progressivo empobrecimento de centenas de milhares de pessoas designadamente de camadas sociais mais vulneráveis. Com cortes nos subsídios, pensões e salários, com a eventual quebra das margens de poupança e o congelamento do crédito, as empresas e as famílias têm cada vez maiores dificuldades de fazer face a despesas correntes.

Para além das políticas nacionais, as decisões de instituições e agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Central Europeu, o Banco Mundial, agências de *rating* e outras instituições têm repercussões na vida dos cidadãos e dos povos, em geral. No entanto, salvo raras excepções ocorridas em determinados países, aos cidadãos não lhes foi nem é proporcionado pronunciar-se, votar ou referendar determinadas decisões tais como o ingresso na União Europeia, a adesão à moeda única, os programas de austeridade impostos primeiro pelo FMI e agora sob a Troika (FMI, BCE e EU) sob a designação eufemística de “ajustamento estrutural”. Mais, os próprios Estados nacionais e seus órgãos de soberania são marginalizados em certos projectos bilaterais ou multilaterais por

parte do Banco Mundial e do FMI imbricados com multinacionais e outros actores não-governamentais (GATT/OMC, OCDE) e suas incontroláveis consultadorias de peritos, redes de cientistas, corporações e ‘sindicatos’. Donde, para além das organizações patronais e sindicais nacionais, os próprios governos encontram-se limitados perante a lógica implacável dos mercados de capital e, em particular, das estratégias das transnacionais, cujas exigentes prescrições condicionam as políticas económicas estatais, limitam os poderes dos órgãos de soberania nacional e impõem um determinado código de conduta selvática a nível mundial. Quem não se conformar com tal código, poderá não ter acesso ao capital, pagar grandes prémios de risco ou mesmo sofrer sanções internacionais. O objectivo das forças económicas transnacionais é limitar ou suprimir a soberania dos Estados, o que acaba por ser grave quando os governos se tornam cúmplices e colaboracionistas, como é o caso dos governos do Sul da Europa.

As receitas preparadas nos *think tanks* dos ideólogos neoliberais do regime, nas agências de *rating* e nas já referidas instituições supraestatais (FMI, Banco Mundial, OMC, BCE) e nos corredores e gabinetes dos poderes instituídos ou fácticos caminham no sentido de gerir a crise, exigindo o que designam de ajustamentos estruturais, os quais apenas se destinam a criar condições que permitam a expansão e a liberalização total dos mercados, a privatização das principais empresas estatais – sobretudo quando rentáveis – o reforço do capital financeiro especulativo e, conseqüentemente, perda gradual de soberanias nacionais dos povos.

Portugal, na esteira da Grécia, já se encontra sob o garrote da Troika – e dos interesses económicos que lhe subjazem – cujas receitas, num quadro de neocolonialismo interno, implicam medidas gravosas tais como (i) estabilização das contas públicas à custa de austeridade sobre camadas pobres e desprotegidas (vg. cortes sobre pensões), classes trabalhadores não só as menos qualificadas como as mais qualificadas e incorrectamente designadas classes médias (vg. reduções salariais); (ii) contrarreforma das leis laborais sobretudo a flexibilização e facilitação dos despedimentos e provável aumento do horário de trabalho; (iii) (re)privatização de empresas públicas, particularmente as mais rentáveis e deterioração do meio ambiente; (iv) crescente dependência alimentar e desregulação das actividades económicas e liberalização quase total dos mercados de capitais e do comércio (OMC); (v) descentralização de serviços e redução ou mesmo desmantelamento do Estado Social e dos direitos adquiridos ao longo de décadas, atribuindo a privados funções do Estado designadamente no campo da saúde e no ensino.

Do ponto de vista ideológico, os paralelismos com situações do passado mais remoto ou mais recente são, com as devidas *nuances*, flagrantes. Se os teóricos da modernização, sobretudo desde os anos 50 do século passado, tendiam a construir uma série de dicotomias, tendo como pano de fundo o esquema evolucionista provindo do século XIX e, em particular, a clássica distinção entre comunidades primitivas, ‘bárbaras’ ou sociedades ‘tradicionais’ e sociedades ‘modernas’, ‘civilizadas’, de modo similar surgem novos arautos, políticos e ideólogos do Norte-Centro Europa, a desclassificar de modo etno-nortecêntrico os povos do Sul como ‘preguiçosos’, esbanjadores dos seus dinheiros como contribuintes, e até ‘porcos’ (os PIGS) para não dizer ‘selvagens’. Estão lançadas as sementes de uma ideológica crise larvar mas cada vez mais explícita entre o Norte e o Sul da Europa, a qual, senão for atalhada a tempo, pode desembocar num descontrolo e até, no mínimo, numa preocupante confrontação político-ideológica. Por fim mas não menos importante, é a incapacidade de as esquerdas, a nível europeu e sobretudo nacional, encontrarem plataformas de entendimento para o combate e uma saída emancipatória da crise.

5. Conclusão

Os movimentos especulativos do capital financeiro e a sua concentração, para além de provocarem desigualdades regionais e sociais, ameaçam a democracia participativa e representativa, as soberanias dos Estados e empreendem ou permitem a destruição progressiva dos ecossistemas, não respeitando amiúde a biodiversidade (fauna, flora). Com efeito, o capital e a gestão do mesmo se encontra nas mãos de uma elite de accionistas e *managers* que não prestam contas e conseguem escapar ao controlo dos cidadãos e à própria regulação na esfera pública estatal, sobretudo em países periféricos.

Com o 25 de Abril de 1974 Portugal, através do Movimento das Forças Armadas e o apoio popular, recuperou as liberdades fundamentais, associativas, sindicais e partidárias após um longo período ditatorial de um Estado repressivo e ideologicamente teocrático e passadista, instaurando-se um regime democrático e contribuindo para o fim da guerra colonial e algumas intervenções marcantes como a Reforma Agrária no Sul e nacionalizações da banca, dos seguros e dalgumas indústrias.

Não obstante as sequelas de uma sociedade agrária, debilmente industrial e pouco capitalizada, com enormes carências em termos de infraestruturas e equipamentos, baixa escolarização e sistemas deficitários de saúde, fizeram-se gradualmente enormes avanços não só em termos de infraestruturas e de equipamentos sociais e culturais, como melhoria substancial das condições salariais e de vida, dos sistemas de educação e saúde

como partes integrantes do Estado Social. Sem menosprezar estes avanços graças ao trabalho dos portugueses e aos fundos comunitários após a entrada de Portugal na CEE/UE, não deixaram de reproduzir-se determinadas formas de desigualdade social nomeadamente desde a restauração das forças políticas de orientação liberal, democrata-cristã e social-democrata.

Não obstante os avanços conseguidos, Portugal mantém não só fortes assimetrias regionais nomeadamente o forte dualismo entre o litoral e o interior, como também desigualdades socio-económicas e culturais, tal como podemos verificar por alguns indicadores tais como a distribuição do PIB entre capital e trabalho, salários baixos e precarização das condições de trabalho, desemprego sobretudo em certos períodos, particularmente a partir de 2008/09, índices de desigualdade e, apesar de alguma diminuição, de pobreza e exclusão social.

O breve retrato de Portugal não seria adequado sem dar conta também dos avanços mas também dos défices democráticos, não obstante a observância do regime em termos jurídico-formais. No entanto, um conceito multidimensional de democracia em termos não só políticos, como económicos, sociais e culturais evidencia que a democracia representativa não é garantia suficiente de realização da democracia, sendo necessária a sua complementaridade com outras formas participativas e sobretudo com a efectivação dos direitos em termos de democracia económica, social e cultural.

Por fim, não obstante os avanços realizados, Portugal tem-se mantido um país (semi)periférico e cada vez mais dependente, para cuja explicação concorrem vários factores internos e externos, uns mais remotos sobre a configuração de classes com um predomínio do bloco conservador, assente no minifúndio e no latifúndio, articulado com uma burguesia colonial e compradora mas debilmente agro-industrial, a que acresceram as novas dependências face às instituições supraestatais nomeadamente a União Europeia e, mais recentemente, a condição de país intervencionado, assujeitado, mais dependente e condicionado perante processos de reestruturação do capitalismo, imposições da Troika e a deriva ideológica ultraliberal, tecnocrática e austeritária, por parte de um Governo deferente e subserviente, e, como tal, contraproducente a uma programa de recuperação e inversão da situação de crise, provocando uma espiral recessiva, um crescente empobrecimento da população e perda de soberania nacional.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de *et al.* (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Amin, Samir (1976), *Unequal Development. An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*, Sussex: The Harvester Press.
- Amin, Samir (2002), *El capitalismo en la era de la globalización*, Barcelona: Ediciones Paidós.
- Bader, Veit (1991), *Collective Handelen*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- Bader, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- Barreiros, Lídia (1996), "Pobreza e desigualdade em Portugal num contexto comparativo Europeu", *Seminário sobre Pobreza e Grupos Desfavorecidos em Portugal*, Fátima.
- Barreto, António *et al.* (1996), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Bowles, Samuel e Gintis, Herb (1986), *Capitalism and Democracy*, Nova Iorque: Basic Books.
- Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Cabral, Manuel Villaverde (2003), "Globalização, poder e cidadania" *In Ideias à Esquerda*, 1:41-48.
- Capucha, Luís (1998), "Pobreza, exclusão social e marginalidades" *In J.M.L. Viegas e A. F. Costa (orgs.)*, *Portugal, que modernidade?: 245-283*, Oeiras: Celta.
- Capucha, Luis *et al* (2002), "Vulnerabilidade à exclusão social" *In DPP/MTS (org.)*, *Portugal, 1995-2000, Perspectivas de evolução social: 215-251*, Oeiras: Celta.
- Carapinheiro, Graça e Hespanha, Pedro (2002), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?*, Porto: Afrontamento.
- Carmo, Renato Miguel do *et al* (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa: Editora Mundos Sociais.

- Costa, Alfredo B., Baptista, Isabel, Perista, Pedro e Carrilho, Paula [2012(2008)], Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo, Lisboa: Gradiva.
- Costa, António Firmino (2012), Desigualdades sociais contemporâneas, Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Delgado, Manuel (2011), El espacio público como ideologia, Madrid: Los Libros de las Cataratas.
- Estanque, Elísio e Mendes, José Manuel (1997), Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo, Porto: Afrontamento.
- Ferreira, Virgínia (1993), “Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu” in B.S. Santos (org.) Portugal: um retrato singular:231-257, Porto: Afrontamento.
- Fortuna, Carlos (1993), “Desenvolvimento por um fio: Portugal colonial, os têxteis de algodão e a economia-mundo” In B.S. Santos (org) Portugal, um retrato singular: 59-90, Porto: Afrontamento.
- Frank, A.G. (1961), Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Habermas, Jürgen {1990 (1985)}, O discurso filosófico da modernidade, Lisboa: Dom Quixote.
- Hoselitz, B. F. (1960), The Sociological Aspects of Economic Growth, Chicago: Free Press, Illinois: The Free Press of Glencoe.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978), “L’emigration portugaise (XVe-XXe siècles: une constante structurelle et les réponses au changements du monde” In Revista de História Económica e Social, 1:5-32.
- Godinho, Vitorino Magalhães [1980 (1971)], Estrutura da antiga sociedade portuguesa, Lisboa: Arcádia.
- Grossi, Giorgio (2010), “La sfera pubblica tra pubblicizzazione e de-pubblicizzazione”. In A. Pizzorno (org.), La democrazia di fronte allo Stato. Una discussione sulle difficoltà della politica moderna:283-297, Milano: Feltrinelli.
- Lopes, José Silva (1996), “A economia portuguesa desde 1960” In A. Barreto *et al.*(orgs), A situação social em Portugal:233-364, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Machado, Fernando Luís e Costa, António Firmino (1998), Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social, In J. M. L. Viegas e A.F. Costa (orgs.), Portugal, que modernidade?: 17-44, Oeiras: Celta.
- Marx, Karl [1974 (1967)], O Capital, Lisboa: Delfos.
- Mepat (Ministério de Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território), (1998), Portugal, uma visão estratégica para vencer o século XXI, Lisboa: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.
- Myrdal, G. [1974 (1957)], Teoria económica e regiões subdesenvolvidas, Rio de Janeiro: Edição Paz e Terra.
- Negri, Toni (2002), “Império e multitude na guerra” In O império da Guerra: o mundo depois do 11 de Setembro:175-180, Porto: Campo de Letras.
- Nunes, Adérito Sedas (1964), “Portugal, sociedade dualista em evolução” In Análise Social, 7/8:407-462, Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.
- Petras, James (2002), “A rose by any other name? The fragrance of Imperialism” In The Journal of Peasant Studies, 29, 2: 135-160.
- Petrella, R. (1995), “Les nouvelles Tables de la Loi” In Le Monde Diplomatique, Outubro, p.28
- Reis, José (1993), “Portugal: a heterogeneidade de uma economia semiperiférica” In .S. Santos (org.) Portugal um retrato singular: 133-161, Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, Fernando Bessa e Portela, José F.G. (2001),* “Globalizações, resistências e/ou alternativas: David frente a Golias?” In IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra: APS, Universidade de Coimbra.
- Rodrigues, Carlos Farinha e Figueiras, Rita e Junqueira, Vítor (2012), Desigualdade económica em Portugal, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rodrigues, Eduardo V. *et al.* (1999), “A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal”, in Sociologia, 63-101, Porto.
- Rostow, W.W. [1964(1960)], Etapas do Desenvolvimento Económico, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português" in B.S. Santos (org.) Portugal, um retrato singular, Porto: Afrontamento.

- Sen, Amartía K. (1999), *Development as Freedom*, Oxford, Oxford University Press.
- Silva, Manuel Carlos (1989), “Economia, campesinato e Estado Novo” in *Ler História*, 15: 111-155.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos, (2000). “Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica: algumas notas” in J.M.Viegas e E.C. Dias (orgs), *Cidadania, integração social e globalização*, Oeiras: Celta.
- Silva, Manuel Carlos (2001), "Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português" *In* B. S. Santos, A. Cohn e A Camargo (orgs.) *Brasil – Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro: EMC Edições.
- Silva, Manuel Carlos (2008), “Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese pro-teórica” in *Configurações, Revista de Sociologia*, 5/6: 11-40.
- Silva, Manuel Carlos e Cardoso, António (2005),”O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento” *In* M. C. Silva, A. P. Marques e R. Cabecinhas (orgs), *Desenvolvimento e assimetrias socio-espaciais. Perspectivas teóricas e estudos de caso: 23-79*, Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia e Inovação à Leitura.
- Xiberras, Martine (1993), *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Wallerstein, Immanuel [1990(1974)], *O sistema económico mundial*, Porto: Afrontamento.
- Weber, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.

Siglas

EUROSTAT = Estatísticas Europeias

ICD = Índice de desenvolvimento composto

MEPAT = Ministério de Economia e Planeamento do Território

OCDE = Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento na Europa

OMC = Organização Mundial do Comércio

PIB = Produto Interno Bruto

PNUD = Plano das Nações Unidas para